

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-  
PORTO ALEGRE S.A. – CONCEPA

5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 5ª Emissão de Debêntures da CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S.A. – CONCEPA (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S.A. – CONCEPA
- CNPJ/MF: 01.654.604/0001-14
- Diretor de Relações com Investidores: Sra. Rosmery Zamboni
- Atividades: a realização, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, da exploração da RODOVIA BR-290/RS, no trecho OSÓRIO – PORTO ALEGRE, Entrocamento BR-116 (entrada para Guaíba) e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação.

## Características da Emissão

- Emissão: 5ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 01/03/2012
- Data de Vencimento: 01/09/2016
- Banco Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN: CNCP15/BRCNCPDBS042
- Coordenador Líder: Banco Votorantim S.A.
- Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para (i) o pré-pagamento das Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Emissora em favor do Coordenador Líder (acima citado), no montante total de R\$ 110.000.000,00 na data de emissão das CCBs, e (ii) a recomposição de caixa da Emissora.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real

com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 52.21-4-00 - Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 0,84 em 2015 para 1,35 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,93 em 2015 para 1,58 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,93 em 2015 para 1,58 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,89 em 2015 para 1,28 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 76,2% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou redução de 68,3% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 61,3% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 50,7% de 2015 para 2016 e uma variação negativa no índice de endividamento de 32,1% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 1,95%
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

02/03/2016 – R\$ 1.700,000000

Juros:

02/03/2016 – R\$ 260,989555

12/07/2016 – R\$ 96,6615420

Prêmio:

14/06/2016 – R\$ 6,2131688

12/07/2016 – R\$ 2,6949923

Resgate Total Antecipado:

12/07/2016 – R\$ 1.700,0000000

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 0

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 16.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: conforme item 4 acima;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, a observar os índices financeiros descritos no item 7.1, alínea “t” da Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão. Ademais, informamos que, para a elaboração do

Relatório Anual deste exercício social, a Emissora não entregou as seguintes informações: a declaração de cumprimento de obrigações e o organograma societário, tendo em vista a quitação da emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional.

As debêntures contam com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios; e (ii) Fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permaneceu(ram) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO – PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA**

- Emissão: 6ª.
- Valor da emissão: R\$ 210.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 210;
- Espécie: com garantia real;
- Prazo de vencimento das debêntures: 24/05/2016;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) cessão fiduciária 35%\* dos direitos creditórios, de titularidade da Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. – CONCEPA (“Concepa”), presentes e futuros, decorrentes das receitas de pedágio originadas da exploração das praças de pedágio instaladas e a serem instaladas pela Emissora na Rodovia BR-290, no trecho que liga os municípios de Osório, Porto Alegre e Guaíba (entroncamento da Rodovia BR-116); (ii) cessão fiduciária em garantia da totalidade dos demais direitos emergentes decorrentes da Concessão que possam ser objeto de cessão fiduciária; (iii) alienação fiduciária em garantia das 31.999.999 ações ordinárias e 64.000.000 ações preferenciais de emissão da Emissora e detidas pela TPI– Triunfo Participações e Investimento S.A., e sob condição suspensiva, todos os

dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores de remuneração do capital relacionados às Ações a serem pagos ou distribuídos; (iv) alienação fiduciária em garantia das 99 quotas do capital social total e votante da Rio Guaíba (“Quotas”) e detidas pela TPI, e sob condição suspensiva, todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores de remuneração do capital relacionados às Quotas a serem pagos ou distribuídos; e (v) cessão fiduciária em garantia de 100% dos direitos creditórios titulados pela Rio Guaíba, decorrentes de todo e quaisquer contratos de prestação de serviços celebrados entre a Rio Guaíba e a Concepa ou que de qualquer forma esteja relacionado à prestação de serviços pela Rio Guaíba em relação à Concessão;

\*Após a amortização ou resgate integral das debêntures da 5ª Emissão, adimplemento das obrigações previstas na Escritura da 5ª Emissão até sua respectiva data de vencimento e o cumprimento das obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Concepa, a cessão fiduciária em garantia dos direitos de crédito da Emissora decorrentes do Contrato de Concessão mencionada acima, passará automaticamente, a ser de 60%.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

24/01/2016 – R\$ 23.000,00000000

Juros:

24/01/2016 – R\$ 12.533,37000000

24/02/2016 – R\$ 12.238,87704600

24/03/2016 – R\$ 12.854,82669600

11/04/2016 – R\$ 6.712,52051099

Resgate Total Antecipado:

11/04/2016 – R\$ 977.000,00000000

- (ii) Denominação da companhia ofertante: **TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**
  - Emissão: 3ª.
  - Valor da emissão: R\$ 180.000.000,00;
  - Quantidade de debêntures emitidas: 180;
  - Espécie: quirografária, com garantias reais adicionais\*;



\*Redação em conformidade com o 2º aditamento à Escritura de Emissão.

- Prazo de vencimento das debêntures: 15/06/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios devidos à TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., oriundos da declaração ou pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio da Aeroportos Brasil S.A.; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios devidos à TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., oriundos da declaração ou pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio da concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios devidos à TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., oriundos da declaração ou pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte; Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviários Ltda.; Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. – Concepa; Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda.; Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A.; Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.; TPI – Log S.A.; Maestra Navegação S.A.; Vessel – Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.; e da NTL – Navegação e Logística S.A., nos termos dos respectivos contratos de Cessão Fiduciária.

As mencionadas garantias reais contam com condições suspensivas/resolutivas para a sua eficácia, conforme previsto na Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

15/06/2016 – R\$ 352.626,037500

Juros:

15/06/2016 – R\$ 96.372,696048

29/11/2016 – R\$ 29.133,597106

Resgate Total Antecipado:

29/11/2016 – R\$ 717.761,045000

## 12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM- Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontrou, durante a vigência das debêntures desta Emissão, plenamente apta no exercício da sua função de Agente Fiduciário.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**

## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

**Anexo 1**
**Balço patrimonial**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.465	29.768
Contas a receber de clientes	4	63.998	301.220
Adiantamentos a empregados		15	66
Impostos a recuperar		679	8
Adiantamento a fornecedores		89	87
Adiantamento a partes relacionadas	10	104.617	10.793
Despesas antecipadas		401	509
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>180.264</u>	<u>342.451</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.025	1.022
Depósitos judiciais	9	726	885
<b>Intangível</b>	5	73.258	181.897
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>75.009</u>	<u>183.804</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>255.273</u>	<u>526.255</u>

**Balanço patrimonial**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		5.245	21.897
Empréstimos e financiamentos	6	75.227	30.363
Debêntures		-	267.522
Salários, provisões e contribuições sociais		1.481	1.523
Impostos a recolher	7	27.886	12.610
Juros sobre o capital próprio a pagar		4	4.641
Partes relacionadas	10	4.359	29.602
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>114.202</u>	<u>368.158</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Exigível a Longo prazo</b>			
Empréstimos e financiamentos	6	-	6.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	20.298	34.218
Impostos a recolher	7	-	1.010
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	9	752	743
Receitas diferidas		-	709
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>21.050</u>	<u>42.680</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	11	108.720	104.805
Reserva de capital		74	74
Reservas de lucros		11.227	10.538
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>120.021</u>	<u>115.417</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>255.273</u>	<u>526.255</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Anexo 2**
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)**

	Nota	2016	2015
Receita líquida	18	326.607	467.485
Custo dos serviços prestados	17	(248.642)	(369.085)
Lucro bruto		77.965	98.400
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(15.232)	(6.671)
Despesas com pessoal		(7.735)	(6.974)
Remuneração dos administradores		(1.758)	(1.600)
Total das despesas operacionais	17	(24.725)	(15.245)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		53.240	83.155
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		9.717	617
Despesas financeiras	19	(43.375)	(52.123)
		(33.658)	(51.506)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		19.582	31.649
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	8a	(17.872)	(12.542)
Diferido	8a	13.923	4.963
		(3.949)	(7.579)
Lucro líquido do exercício		15.633	24.070
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	13	0,136	0,230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 3

### **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. - CONCEPA**

Porto Alegre - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. - CONCEPA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Conforme descrito na Nota 1, o prazo de encerramento da concessão operada pela Companhia se encerrará em 4 de julho de 2017. As demonstrações financeiras estão sendo preparadas no pressuposto do encerramento do contrato de concessão. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre

essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### *Transações com partes relacionadas*

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com naturezas diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro e transações operacionais (ex. prestação de serviços de engenharia, rodoviários, entre outros). Consideramos essas operações como assunto chave de auditoria, tendo em vista o risco relacionado às transações com partes relacionadas que não estejam em condições ou práticas usuais de mercado, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos. As divulgações deste item estão incluídas na Nota Explicativa nº 10 das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação da política interna estabelecida para transações com partes relacionadas pela Companhia e sua aplicação às principais transações incorridas durante o exercício de 2016; (ii) a realização de exame da documentação suporte para as transações materiais incorridas com partes relacionadas, incluindo, mas não se limitando à inspeção de contratos, revisão dos controles internos implementados e cálculos preparados pela Administração; (iii) a verificação da aprovação das transações com partes relacionadas pelo Conselho de Administração de acordo com a política estabelecida pela Companhia.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da Companhia referentes às transações com partes relacionadas, as quais estão divulgadas na nota explicativa anteriormente mencionada.

#### **Outros assuntos**

##### *Auditoria dos saldos comparativos*

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 5 de maio de 2016, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.



### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de março de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-6

Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9